



**MédioTejo**

comunidade intermunicipal

*7*  
*Ditat*

## REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO

Ata n.º 01/2023

Data – 26 de abril/2023

Início – 21h00

Local – Biblioteca Municipal de Tomar – Dr. António Cartaxo da Fonseca

Termo – 00h30

Presenças – Lista Anexa

### ATA n.º 01/2023

Ao vigésimo sexto dia de abril/2023 com início pelas vinte e uma horas, teve lugar, na Biblioteca Municipal de Tomar, Sr. António Cartaxo da Fonseca, a primeira reunião ordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Aprovação da ata
2. Período antes da ordem do dia.

Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIM do Médio Tejo;
2. Apreciação e votação do Relatório de Gestão de 2022;
3. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal;
4. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro.

*rw*

7  
Ritar

O presidente da mesa deu as boas vindas a todos presentes, começando por dar posse à deputada Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques, representante da Assembleia Municipal de Ourém. -----

Ainda antes de dar início ao PAOD deixou duas notas os deputados: -----

- A mesa pretende apresentar na próxima reunião uma grelha de tempos conforme mandato passado a ser discutida entre líderes de bancada. O critério irá ser simples, através de uma regra de 3 simples, sendo que os partidos com menos representatividade terão de ser bonificados. A ideia depois é que estes tempos fiquem consagrados no regimento; -----

- A outra questão que quer colocar, pedindo também ajuda à presidente do Conselho Intermunicipal em a ver com a convocatória para os municípios da Sertã e de Vila de Rei, ambos presentes na reunião. Levanta-se aqui uma questão de transição. No fundo, colocavam-se aqui 3 hipóteses: uma era não os convocar, a outra convocar com direito a discussão e direito de voto. Entende a mesa que estas duas soluções legalmente não são as mais corretas, tendo assim optado por fazer a convocatória para presença, mas sem direito de voto. Este tem sido também o critério a ser seguido pelo Conselho Intermunicipal. -----

A Presidente do Conselho Intermunicipal, ainda antes de responder ao presidente da mesa, apresentou o novo secretário intermunicipal da CIM, Jorge Salgado Simões, dando a conhecer a todos os senhores deputados, e que hoje se encontrava presente connosco. Quanto aos municípios da Sertã e de Vila Rei, a CIM convoca-os para a reunião, sem direito a voto. Estas duas CM têm connosco cerca de 34 projetos, que não terminam hoje. -----

Nesta sequência, Helder Antunes, deputado do PSD de Vila de Rei pediu a palavra. Começou por referir o assunto desta transição, dando conta que esta seria a sua última intervenção. Agradeceu todo o apoio da CIM, não deixando de lamentar todo o processo desta transição, confuso, mal conduzido pela entidade governamental. Comentou que se identifica claramente com o Médio Tejo. -----

O presidente da mesa, após esta intervenção, deu conta de que a presidente do Conselho Intermunicipal pretendia fazer uma apresentação sobre a unidade local de saúde do Médio Tejo. Para o efeito foi tomada a liberdade de convidar o presidente do CHMT, Dr. Casimiro Ramos, bem como a diretora do ACES do Médio Tejo, Dra. Diana Leiria. Deu conta que não se introduzia nenhum ponto na ordem de trabalhos, mas colocava à consideração dos deputados esta apresentação, dado conta que os tínhamos connosco nesta assembleia. Questionou se alguém se opunha. -----

Passou a palavra à deputada Paula Carloto, deputada do PSD do Entroncamento, que comunicou a total solidariedade dos deputados do PSD do Entroncamento sobre esta matéria. Quanto à vinda do CHMT referiu tratar-se de um tema sobejamente importante para que seja inusitadamente apresentado numa assembleia, pedindo desde logo desculpa aos convidados. Considera que se a presidente considera que se deve fazer uma apresentação, que o faça, está no seu

*[Handwritten signature]*  
*Tomar*

direito, mas que é de todo importante que e faça uma assembleia dedicada a este assunto onde todos os deputados tenham tempo para fazerem o “seu trabalho de casa”. Referiu não perceber nada sobre gestão hospitalar e que por isso mesmo deve vir para uma sessão desta previamente preparada, com as suas dúvidas, as suas questões sobre o assunto. Propôs que se faça uma assembleia só sobre esta matéria, com toda a informação e sim, nessa altura aproveitando a presença máxima destes 2 representantes que os deputados com a sua “lição” estudada possam debater o assunto. -----

O Presidente da mesa respondeu que uma coisa não impede a outra e, que não invalida que no próximo mês se faça a tal reunião referida. -----

De seguida deu a palavra ao deputado Hugo Costa, do PS de Tomar. Referiu a importância da reunião apenas sobre a saúde, mas até por uma questão de cordialidade, que deveríamos aproveitar a ouvir o que os dois responsáveis presentes nos tinham para informar, sobre tão importante tema. Certo é, que o regimento é claro sobre esta matéria, contudo, também referiu que é uma decisão unânime da mesa. -----

Voltou a intervir deputada Paula Carloto, referindo a total surpresa, não sabendo de todo desta presença. Considera uma redundância esta presença. Sabe por exemplo, e referiu as questões com a saúde em Ourém que todos deveriam vir preparados. Voltou a pedir desculpa aos convidados, refere não fazer sentido esta vinda sem uma preparação. -----

O presidente da mesa alertou que não se ia votar nada, apenas íamos ouvir. Voltou a questionar se podia ser dada autorização para ouvir os convidados. Claramente se a resposta for não, assim se fará. -----

Pediu para usar da palavra a deputada Júlia Amorim, deputada da CDU de Constância. Referiu que ela própria iria trazer este assunto. É um tema que está em cima da mesa, e considera que estando cá os representantes que deveriam ser ouvidos, não desperdiçando este momento. -----

De seguida interveio Nuno Batista do PS de Ourém comentando as dificuldades do seu concelho e referindo que seria muito desagradável junto dos munícipes de Ourém, saber-se que estiveram aqui estes 2 responsáveis e que nem sequer tinham sido ouvidos. Considera que para Ourém era uma oportunidade perdida. -----

Paula Carloto voltou a intervir e pediu que fosse colocada em ata o protesto por parte do PSD, dado que o deputado Hugo Costa do PS tinha conhecimento, e ninguém do PSD teve conhecimento previamente. Por outro lado, referiu aceitaram a presença das pessoas, devendo ficar daqui lavrado o compromisso que se fará uma reunião extraordinária sobre esta matéria, com a presença de todos. O assunto ficou esclarecido entre todos. -----

||||



  
1. **Aprovação da ata** -----  
-----

O presidente da mesa chamou a atenção de um lapso de escrita na página 16, onde se lê 0 votos em branco, deve ler-se 0 votos contra. A correção será efetuada. -----

O presidente da mesa não votará a ata dado que não esteve presente na reunião em causa. -----

Joana Ramos, deputada do PSD do Sardoal, deixou também alguns comentários e correções ligeiros de ortografia que se deverão fazer. Por outro referiu que foram efetuadas omissões na ata dos deputados Jorge Nunes e Ricardo Carlos. Mais referiu que a ata não espelhou o que se passou com a saída dos concelhos da Sertã e Vila de Rei. -----

Referente a uma moção também esclarecendo que 2/3 dos deputados não aceitaram coloca-la a votação, deixando a deputada com um “sabor agridoce” sobre esta matéria. -----

As correções serão efetuadas. -----

Usou da palavra o deputado de Vila Nova da Barquinha, que esclareceu que as atas não devem ser extensas, devem traduzir as deliberações e aspetos fundamentais. As atas ficam demasiado extensas, e depois ninguém as lê. A experiência lhe tem ensinado isto, referiu. Comentou que os deputados que quisessem as suas intervenções bem explanadas aqui que as deveriam remeter aos serviços. -----

O presidente da mesa referiu o mesmo, informando que os documentos são enviados com algum tempo e que caso se verifiquem estas situações há tempo suficiente para as fazerem chegar aos serviços, serem corrigidas e de futuro não estarmos aqui com estas discussões. Deixou este apelo para as reuniões futuras. O deputado Silvestre Pereira, do PS de Alcanena solicitou que as atas fossem enviadas com mais antecedência. -----

**Deliberação** – A ata não foi aprovada, ficando suspensa a sua votação, conforme foi sugerido pela deputada Paula Carloto até porque, o vídeo por razões técnicas ainda não estava disponível no youtube. Deverão ser efetuadas as devidas correções, e colocada a votação em próxima reunião. -----  
-----



2. **Período antes da ordem do dia** -----  
-----

Foi dada a palavra à presidente do Conselho Intermunicipal que iniciou a sua intervenção dando conta de com um convite formalizado aos autarcas na passada terça-feira para o agendamento de uma reunião. Nessa reunião foi-nos comunicado que está em curso a criação de uma unidade local de saúde do Médio Tejo, tendo sido explicada qual a metodologia. -----

Atendendo a que, é uma matéria que interessa a todo o território, e que o órgão Assembleia Intermunicipal representa todo o território, solicitou ao presidente

*Rita*

desta assembleia que quer o Presidente do CHMT, que a diretora executiva do ACES do Médio Tejo pudesse aqui partilhar o que foi partilhado com os autarcas. Cada território é um território, com especificidades diferentes, e a ideia é que cada um com esta informação possa "ajudar" e intervir no seu, fazendo o seu caminho dentro do que lhes possa ser possível. -----

Foi dada a palavra à diretora do ACES do Médio Tejo, que iniciou a sua intervenção, agradecendo a oportunidade que lhe foi dada. Deu nota que foram convocados no dia 17 de abril para uma reunião na direção nacional de saúde, onde lhes foi transmitido que o ACES do Médio Tejo e o CHMT iriam integrar um grupo de trabalho para a criação de uma unidade local de saúde. Esta criação integra uma estratégia nacional com uma grande ênfase na gestão local e nos cuidados de saúde primários. -----

Começaram por preparar uma estratégia de comunicação, começando por informar em primeiro lugar os colaboradores e depois os seus parceiros privilegiados, designadamente as autarquias e a comissão de utentes. -----

Começou por indicar que o que lhes foi pedido, foi a elaboração de um plano de negócios, plano esse que deverá ser desenvolvido em 10 semanas e a ser entregue no final de junho deste ano. Terminou a sua intervenção e, logo de seguida falou o presidente do CHMT, Casimiro Ramos. -----

Referiu que o que está em curso é a elaboração de um plano de negócios, tal como já referido pela diretora executiva do ACES do Médio Tejo, com uma série de componentes referidas e que estão agora a ser desenvolvidos os primeiros trabalhos. É intenção que os deputados possam dar os seus contributos, não se pretende que seja um trabalho fechado. O grande foco de todo o projeto é facilitar a vida aos utentes. A ideia é reunir tão breve quanto possível, até porque os prazos são curtos, demonstrando toda a disponibilidade para o fazer. Foi referido pelo presidente da mesa que iriamos enviar a convocatória para esta reunião, e que temos também um prazo para o fazer, que são 5 dias úteis. A ideia seria acertar neste prazo legal com a presidente do Conselho Intermunicipal uma data e avançar-se. -----

Foi questionado pelo presidente da mesa quem dos deputados queria intervir. Usou da palavra o deputado Nuno Batista do PS de Ourém concordando com a urgência da realização da reunião e colocou algumas questões técnicas:-----

1. Se um concelho pode integrar 2 planos de negócios. A resposta do CHMT é de que não, informação que tem. Ourém já integra o plano de negócios de Leiria, e, portanto, para efeitos de ULS neste plano agora em discussão não seria de considerar. Certo é que existem ainda avaliações que vão ser feitas, com eventuais concelhos de proximidade. -----

O que existe no âmbito da saúde mental em Ourém, é para continuar tal como está, independentemente de onde ULS de Ourém está integrada. O que acontece





*[Handwritten mark]*

*Rita*

é que terá de haver um protocolo entre as duas ULS para esta gestão. Quanto aos cuidados hospitalares, aplica-se a Ourém ou a Porto de Mós concelhos que não fazem parte da nossa ULS, o acesso livre de cada cidadão quer às urgências, quer por referenciação, como por exemplo as consultas por especialidade, ou seja, Ourém ou Porto de Mós pode referenciar para o Médio Tejo bem e vice-versa. -----

O novo modelo vai contemplar um mecanismo de financiamento, meramente administrativo entre ULS, sendo uma das grandes apostas neste modelo, a facilidade de acesso. -----

2. Os concelhos podem optar por pertencer a uma ULS à sua escolha? -----
3. Quem é que indica a que concelho a ULS vai pertencer? -----
4. Qual o número espetável que vai ter a ULS do Médio Tejo (não obviamente o final) -----

Foi respondido no final da seguinte forma pelo Casimiro Ramos: quem indica, ainda não se sabe. Foram recebidas indicações no CHMT, não tem ido à direção executiva propor nada, estando na expectativa de saber o que irá acontecer. Todos tomaram conhecimento que é uma estratégia do governo a fazer por todo o país, faseada. Não há qualquer indicação de um concelho poder escolher ficar aqui ou ali. O que está em coma da mesa é uma base, com os concelhos que fazem parte do ACES, em que Ourém já está num e esta é uma realidade. Também nada foi transmitido que um concelho do Médio Tejo, por exemplo agora indique que não quer ficar. Vila de Rei, gostava de pertencer ao Médio Tejo, acontece, porém, que já está na ULS de Castelo Branco. Isto ainda vai ser avaliado pela comissão técnica. Quanto ao número serão cerca de 220 mil habitantes. Pediu de seguida Paula Carloto, deputada do PSD do Entroncamento para usar da palavra, reiterando a falta de informação e a falta de preparação, e solicitou ao Presidente do CHMT que pudesse fazer chegar toda a informação que estivesse disponível sobre este assunto, para por antecipação da reunião extraordinária sobre esta matéria. -----

Júlia Amorim, deputada CDU de Constância, referiu que o grande problema é a falta de recursos humanos no centro hospitalar, questionando em que medida é que esta ULS vem colmatar estes problemas. -----

Casimiro Ramos respondeu que responder diretamente não lhe parece ser adequada. As ULS não vão ser gerados de recursos humanos. Poderão haver transferências. Mas é importante percebermos e termos mais informação relativamente a todo este processo, para depois se perceber efetivamente o que este projeto nos trará. Tem de ser visto num conjunto. -----

Hugo Costa, deputado do PS de Tomar, reiterou o pedido de máxima informação para uma melhor análise em próxima reunião. Solicitou de igual modo, que o presidente da mesa pudesse acertar esta data com os deputados intermunicipais.

  
Ditar

Questionou quais as principais vantagens e desafios/riscos neste processo. Quem decide se os concelhos estão nesta ULS. Por fim, se é um assunto a ser levado às Assembleias Municipais das autarquias. -----

-Casimiro Ramos respondeu de seguida. É importante sempre com a criação de algo deste género saber que mais-valias nos trazem um modelo estruturante destes. Isto é um processo de construção, tem de ser limado e ser percebido bem o que é o projeto. Ainda, não têm essa noção, eventualmente quando tiverem mais esclarecimentos. Quem decide é direção executiva, sendo o papel do CHMT neste momento apenas com um papel técnico. -----

Interveio de seguida novamente o deputado do PS de Vila Nova Barquinha, António Augusto Ribeiro e deixou duas notas breves: discutir um projeto sem premissas e projetos, é estarmos a dificultar a vida ao prof. Casimiro. Informou que participa nas reuniões do ACES e tem sempre a oportunidade de ser esclarecido e a transmite à sua assembleia as dúvidas que leva e os esclarecimentos que lhe são dados. -----

Após estas intervenções, Diana Leiria, do ACES do Médio Tejo pediu para informar o seguinte: os cuidados de saúde primários embora nem sempre valorizados têm um sistema comum de informação sofisticado e que está disponível e acessível a qualquer cidadão deste país. Referiu que gostava de deixar a dica do que fazem, como fazem, com quem fazem e para que pessoas fazem. Para isso baste escreverem no Google bicsp e escolher o país, por ARS, etc, referindo a total transparência neste processo. -----

A presidente da CIM do Médio Tejo, agradeceu a presença de todos e deixou total disponibilidade para no que for necessário colaborar. O mesmo foi referido pelo presidente da mesa. Terminados os esclarecimentos, ainda no período antes da ordem do dia, o presidente da mesa questionou quem se queria inscrever para intervir. Joana Ramos, deputada do PSD do Sardoal, referiu que gostaria de fazer uma observação e colocar algumas questões, dado que relativamente à reunião anterior, devemos todos estar particularmente atentos às questões do Fundo de Transição Justa que é o último grande tema para todas as CIMS cujo objetivo, é criar uma economia competitiva que trave as alterações climáticas e crie rumo à neutralidade carbónica em 2050, lembrando de igual modo que nossa região é elegível dado o encerramento da Central a Carvão (isto está na ata, comentou), e assim sendo, questionou quais os projetos concretos que contarão com dotação financeira para este ano, como consta do que foram informados. Relativamente à criação da nova NUT mista, como referiu, Oeste, Lezíria e Vale do Tejo, referiu a necessidade de nos afirmarmos pela positiva. Dirigiu uma questão política aos deputados do PS, referindo o deputado Hugo Costa, que tiveram presentes nas jornadas do PS recentemente, em Tomar com a presença do Primeiro-Ministro questionando sobre quais os objetivos do desenvolvimento sustentável, nomeadamente o estado da Central do Hidrogénio, a barragem de Castelo do Bode, bem como onde vai ser construída a nova ponte. No fundo financiamentos

Ritar

alocados a aspetos estruturais da região. Se a nível partidário houve algum desenvolvimento nestas jornadas e a saber, ou se foi apenas uma atividade de propaganda política a que os partidos têm direito. Referiu que foi um momento de fragilidade governativa para esta iniciativa. -----

----Júlia Amorim, deputada da CDU de Constância trouxe a sua preocupação no âmbito da educação. Referiu o projeto PEDIME - sabendo que nas escolas existe a integração nas turmas de alunos provenientes de outros países, meninos e meninas ucranianos que dominam a língua inglesa, mas também, alunos provenientes de outros países que apenas falam a sua língua. Mostrou-se preocupada com esta situação, quer para alunos, quer para professores. Por outro lado, deixou uma outra preocupação, que é o facto de o nosso projeto não avançar. -----

Paula Carloto, deputada do PSD do Entroncamento, deu as boas vindas ao novo secretário intermunicipal, saudando-o em nome dos eleitos do PSD, que pode contar com todos para o trabalho em prol do que é o interesse desta comunidade. Deixou duas questões para resposta da presidente da CIM, uma que tem a ver com o aeroporto de Santarém e a outra com a opção de Tancos. Em relação a Santarém todos estamos de acordo com o interesse do projeto quer em matéria de coesão territorial, quer na análise da robustez do ponto de vista da sustentabilidade, com a descortinada localização geográfica, com o financiamento privado, bem como não serem utilizados dinheiros públicos. Portanto há consenso generalizado e até se reflete na assinatura de um acordo assinado com os municípios que são contíguos à zona de implementação. Questionou porque é que a CIM não promove no seu todo um acordo mais abrangente, que vincule todos os municípios ao entendimento da relevância e interesse do projeto promovendo este alargamento baseado no desenvolvimento económico ligado às infraestruturas, designadamente as ferroviárias, referindo aqui o Entroncamento, bem como as rotas turísticas regionais, realçando e lembrando o que significa Fátima, Tomar. Comentou que a presidente demonstrou o interesse na adesão ao projeto, sabendo da sua disponibilidade para apoiar este projeto. Neste sentido, porque não, colocar toda a região a dar peso relativo a esta opção? Referiu que esta era a boa parte da história, porque na realidade era o que todos gostávamos que acontecesse, mas que poderá não acontecer. Como sabemos a comissão técnica independente tem já em cima da mesa 9 hipóteses (as mais relevantes), das 17. Numa passada reunião a presidente da CIM em resposta a um ponto de situação sobre o aeródromo de Tancos, solicitado pelo deputado Ricardo do Entroncamento, referiu "que nunca e em tempo algum abandonamos este projeto", mais referiu "que temos investidores privados e que a ideia já foi apresentada ao Ministério das Infraestruturas". Posto isto, questionou o que é que a CIM já fez no sentido de garantir que no âmbito de todas estas opções Tancos vai ser ponderado, ou entra nesta ponderação, ou pode entrar nesta ponderação.-----



*[Handwritten signature]*  
*Rita*

José Nascimento, deputado de Abrantes do movimento ALTERNATIVAcom, pediu um esclarecimento prévio sobre a realização desta reunião, se bem se recorda o ano passado realizou-se em maio. Referiu a realização desta reunião, e em particular para Abrantes foi péssimo, dado ser a semana em que se realizam praticamente todas as assembleias de freguesia, bem como outras, e isto a juntar à vida familiar e profissional, foi uma semana tremenda, referiu. Depois deu nota que a presidente referiu que os documentos foram enviados há 8 ou 10 dias, dando conta que os recebeu na sexta-feira, dia 21, não tendo sido todos, dado que na segunda-feira, dia 24 seguiram outros. Por isto tudo lhe foi completamente impossível preparar algo, pedindo desculpa se as questões que fosse colocar já tiverem esplanadas nos documentos enviados. Apresentou, de seguida, as suas questões: -----

1. Canais de denúncia. Sabe que a CIM está a apoiar os municípios neste âmbito, no encontrar de uma solução. Deu nota que a lei já está em vigor, e que o seu incumprimento pode significar penalizações, contraordenações. -----
2. Abate de árvores, referindo um regulamento que prevê – regulamento municipal da gestão do arvoredo e meio urbano, perguntando se a CIM prevê algum apoio aos municípios neste âmbito. -----
3. Serviços públicos de proximidade, sendo a saúde um deles, entre outros também, mas o da saúde o mais dramático. Referiu ter ficado aterrorizado com as notícias hoje aqui referidas nesta assembleia. Fica a aguardar o que dá a reunião extraordinária. -----
4. Caixas Multibanco, em que crê que haja uma recomendação da ANAFRE, para que todas as freguesias tenham. Deu nota que pretendem retirar em Abrantes uma no Rossio. Referiu a questão dos serviços públicos de proximidade e a questão do apoio da CIM como fundamental. Ainda sobre o apoio da CIM e no que respeita à habitação, referiu assistir a dinâmicas diferentes nos vários municípios do Médio Tejo. Parece que alguns estão a aproveitar muito bem, ou o melhor possível os recursos e oportunidades, mas que outros, parece que estão a milhas. -----

Joana Ramos, do PSD do Sardoal, interveio, referindo ser muito breve e iria responder à deputada Júlia Amorim, por quem tem estima política, dando conta que não é conhecida por discursos com arestas muito vincadas, até tem posições muito consensuais e bastante redondas, mas entende que não deve deixar as perguntas por fazer e que devem ser feitas no sítio certo, não pondo ser ofensivo, nem considerada alta política, pelo que não se relaciona com esse termo em situação nenhuma. Relativamente à questão colocada sobre os alunos, deu conta que na sua turma em Abrantes já recebeu 5 alunos estrangeiros, um deles indiano a quem dá aulas de matemática em Inglês. Acha que nestes casos deverão ser as



Ditor

escolas a pedir ajudas e a ajudar estas famílias. -----  
Terminadas estas intervenções e antes de dar a palavra à senhora presidente do Conselho Intermunicipal e em resposta ao deputado José Nascimento, o presidente da mesa deu conta que todos temos problemas pessoais, quando não podemos comparecer às reuniões temos substitutos. Nós estamos a cumprir a lei. Em relação ao envio dos documentos e em particular às correções à ata, as mesmas devem ser enviadas à mesa em tempo útil, tal como nós remetemos os documentos a todos. -----

Usou da palavra, a presidente do conselho intermunicipal, começando por referir o Fundo de Transição Just. Deu nota de que este fundo tem alocado 65 milhões de euros. Abriu um aviso de candidatura para PME, ao qual correrem 14 empresas, que totalizou um investimento de 134 milhões de euros. Das 14 candidaturas foram aprovadas 8, o que totaliza 18,5 milhões de euros. Empresas já notificadas o ano passado e ao qual este ano já se prevê execução. Referiu que o que a deputada Júlia Amorim tinha reportado, à CIM também já tinha sido reportado por alguns agrupamentos de escolas. Como é sabido tivemos o PEDIME I e II e é nossa intenção do 2030, continuarmos com o PEDIME III. Aliás, estamos neste momento a fazer um diagnóstico educativo do Médio Tejo e é nossa ideia neste PEDIME III, termos uma ação que nos possa permitir a inclusão desta criança e jovens, na comunidade escolar. -----

Aeroporto de Santarém versus aeroporto de Tancos. Deu nota que todos estão de acordo com o Aeroporto de Santarém. Relembrou que o Conselho Regional do Centro aprovou por unanimidade apoio à construção do aeroporto em Santarém, estando a falar de 100 municípios, com um conjunto vasto de entidades privadas e do mundo académico. Em relação a Tancos, esta hipótese não está de modo algum afastada. O aeroporto de Tancos sempre foi, e todos os estudos que fizemos, foi para um aeroporto regional que permita cerca de 12 a 16 voos diários. Não falamos, portanto, de um aeroporto nacional. Mesmo com a candidatura do aeroporto de Santarém e como é sabido ele é escalável podendo ficar como aeroporto nacional numa quinta fase, Tancos tem também interessados privados. -----

Ao deputado José Nascimento e no que concerne ao canal de denúncias, falou que temos 2 canais, o interno e o externo, tendo sido feito um acordo quadro e todos os poderão concorrer. Relativamente ao abate de árvores, foi criado um grupo de trabalho que está a fazer um documento tipo para os municípios, evitando assim algumas discrepâncias. -----

Em relação às caixas multibanco, não trabalhamos esta matéria. Por deu conta que no âmbito da habitação existem vários ritmos de trabalho diferentes em cada um dos municípios, uma vez que têm estratégias diferentes e seguem, os seus caminhos. -----

João Fernandes do PSD de Abrantes, fez uma intervenção, após os

*Ritar.*

esclarecimentos sobre o aeroporto por parte da presidente, dado que tinha ainda algumas dúvidas. A primeira questão que falou, foi por exemplo na Assembleia Municipal de Abrantes o executivo camarário apresentou uma proposta, em que pretende vincular o município a este projeto do aeroporto de Santarém. Tem vindo a perceber através da comunicação social da possibilidade de duas modalidades; o de ser complementar ao aeroporto de Lisboa, ou ser um grande aeroporto que substituirá o de Lisboa. O que pretende perceber efetivamente é o que se está a defender, quais as perspetivas de execução de cada uma destas modalidades. Um outro aspeto referido é o investimento privado falam num valor inicial e quer saber qual o valor total. Uma outra questão, é saber quem são estes investidores. -----  
A presidente da CIM respondeu, dando conta que o documento referido foi partilhado com a CIM e temos conhecimento. Quanto às questões levantadas comentou são publicas em vídeo partilhado no dia da apresentação pública. -----

-----  
Terminados estes esclarecimentos, o presidente da Mesa deu conta de que na segunda-feira tinha dado entrada uma moção da CDU, que todos receberam. Deu conta que não foi cumprido o prazo de antecedência que está previsto no regimento. Temos duas alternativas, ou seria hoje introduzido o ponto por uma maioria de 2/3, ou o nosso compromisso de introduzir o ponto da nossa próxima assembleia. Questionou a assembleia se alguém se opunha no que diz respeito à maioria dos 2/3. O ponto não foi incluído, porque os 2/3 não foram cumpridos. -----  
-----



#### Ordem do dia:

##### 1. Informação da atividade da CIM do Médio Tejo-----

O presidente da mesa relativamente a este ponto da ordem de trabalhos passou a palavra à presidente do Conselho Intermunicipal que fez a sua apresentação. -----  
**Autoridade de Transportes** | Contratualização do Serviço Público de Transporte de Passageiros – Foi apresentada uma breve cronologia dando conta dos vários passos que têm acontecido neste âmbito, sendo os últimos a questão de ter sido concedido o visto por parte do Tribunal de Contas e entrada em vigor do período de transição do contrato em janeiro/2023, bem como da aprovação em fevereiro de 2023, em reunião do Conselho Intermunicipal de que em agosto/2023 terá o início da operação dos serviços concessionados. -----  
Ainda neste âmbito, foi indicado que as linhas de âmbito municipal, intermunicipal e inter-regional são já 188 linhas base, 127 parcelares e 62 variantes. O contrato tem a duração de 8 anos, um valor estimado da concessão de 68 mil euros com um valor base de compensação de 36M€. -----

Riter

No que diz respeito ao **Transporte a Pedido**, foi indicado que em 2022 foi registado um total de 32.6902 passageiros transportados dos quais: 24.971 nos serviços concelhios e 7.719 nos circuitos do link. Globalmente em relação a 2021 verificou-se um aumento muito significativo, cerca de 47% na procura dos serviços. -----

**Sistema Intermunicipal de Bicicletas para Uso Público no Médio Tejo** – Foi também contextualizado o percurso do projeto: em dezembro de 2022 foi aprovado no Conselho Intermunicipal a adjudicação do procedimento para implementação do sistema à empresa CME - Construção e Manutenção Electromecânica, S.A. pelo valor global de 1.823.236,30€+IVA, envolvendo: fornecimento e instalação dos equipamentos (67 estações, 466 docas, 14 quiosques, 252 bicicletas elétricas); software de gestão e serviços de operação logística e manutenção (pelo período de 18 meses após a implementação do sistema). Em fevereiro de 2023, aprovado no Conselho Intermunicipal o Projeto de Regulamento de Utilização do Sistema Intermunicipal de Bicicletas para Uso Público no Médio Tejo (publicado em 22.03.2023 no DR para efeitos de consulta pública). Em março/2023 foi então concedido o visto pelo Tribunal de Contas e a entrada em vigor do contrato. Foram igualmente efetuadas visitas técnicas às localizações previstas para as estações, estando a ser desenvolvidos os projetos técnicos de implementação das estações. Findo isto, em abril foi aprovada a marca "meio b" para uso nestas bicicletas. -----

No âmbito da **Estratégia Integrada do Médio Tejo 2021-2027**, que assenta em 6 orientações estratégicas, apresentou um quadro com as várias esferas de atuação e programas temáticos do Médio Tejo 2030, não se alongando na sua explicação. Já no que respeita à ITI CIM Médio Tejo (Investimento Territorial Integrado) deu conta do processo de negociação, referindo a elaboração de um plano da ITI CIM e abertura do aviso de concurso; da revisão e ajustamentos e submissão da versão definitiva da candidatura em junho. Tem uma dotação indicativa de 121.664.096€ (+137%) tendo por base o valor aprovado no pacto de 31/12/2022. As prioridades de investimento foram apresentadas: -----



*Ritar*

Prioridade de Investimento
1. Infraestruturas da Educação
2. Infraestruturas de cuidados de saúde primários
3. Equipamentos Sociais
4. Digitalização na Administração Pública Local - Espaços do cidadão nas freguesias
5. Eficiência Energética na administração pública, nas IPSS e na habitação social
6. Ciclo Urbano da água – abastecimento em baixa
7. Gestão de Resíduos (subinvestimento em baixa)
8. Equipamentos Desportivos (pequenas intervenções)
9 Habitação Social e a Custos Acessíveis
10. Meios materiais para a Proteção Civil
11. Corredores verdes em contexto urbano (municípios PEDU)
12. Reabilitação e regeneração urbana (municípios PEDU)
13. Áreas de Acolhimento Empresarial
14. Refuncionalização de equipamentos coletivos (Centros Urbanos PARU)
15. Qualificação de espaço público (Centros Urbanos PARU)
16. Património Cultural e Museus
17. Património natural de âmbito municipal

Quanto ao **Fundo de Transição Justa**, que referiu ser um plano que apresenta um conjunto de medidas reativas que procuram mitigar os efeitos do encerramento da central termoelétrica a carvão do Pego, apoiando a dinamização e diversificação económica e os trabalhadores afetados pelo encerramento. Tem como tipologias de apoio a requalificação e formação dos trabalhadores e apoios à procura/criação do próprio emprego, o apoio ao investimento produtivo das empresas e projetos de empreendedorismo de base local e o apoio à investigação industrial e desenvolvimento experimental de produtos, processos ou sistemas. Os beneficiários são trabalhadores afetados pelo fecho da central do Pego. Em julho de 2022, foi publicado o Aviso n.º 03/SI/2022, para apresentação de projetos que tinham apresentado candidatura ao AVISO 15/SI/2021 - Registo de Pedido de Auxílio- Transição Justa para o Médio Tejo. Assim, este aviso, cujo prazo terminou a 16.09.2022, foi apenas destinado a candidaturas que tinham submetido as suas manifestações de interesse no âmbito da tipologia designada por "Inovação Empresarial e empreendedorismo", ou seja, apenas eram enquadrados, no âmbito do aviso, 23 projetos, ficando de fora, as restantes 9 candidaturas enquadradas noutras tipologias de investimento do Regulamento Específico da Competitividade e Internacionalização. Neste sentido, foram submetidas ao Aviso n.º 03/SI/2022, 14 candidaturas totalizando um investimento elegível proposto de 134.517.354,83€, correspondendo a um incentivo de 46.147.158,38€.

As PME's já foram notificadas, no decorrer do ano de 2023, da proposta de decisão, tendo sido propostas para aprovação 8 candidaturas no valor total de fundo de 18.500.282,54€. Aguarda-se a abertura do aviso de concurso para as não PME's apresentarem as suas propostas de investimento.

Quanto ao **Investimento Territorial Integrado Oeste e Vale do Tejo (ITI IVT)**, e **Investimento Territorial Integrado do Pinhal Interior (ITI Pinhal Interior)**, esclareceu



que se pretende desenvolver uma intervenção focada num tema/território definido, tendo por base uma estratégia coletiva comum. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas. -----

**Tipologias de Intervenção (ITI OVT):** -----

- ✓ Apoio a projetos piloto de integração digital de serviços e recursos;
- ✓ Apoio à valorização dos recursos do território comuns ligados à água;
- ✓ Ações conjuntas de atração de investimento, internacionalização, promoção do conhecimento, e consolidação do tecido empresarial;
- ✓ Intervenções que promovam a mitigação e adaptação climática.

**Tipologias de Intervenção (ITI Pinhal Interior):** -----

- ✓ Ações inovadoras e integradas para atrair, acolher e integrar novos residentes e novos empreendedores;
- ✓ Estratégias de marketing e dinamização para a sustentabilidade territorial. As campanhas de marketing/comunicação são uma componente essencial da estratégia de desenvolvimento integrado do Pinhal Interior (Projeto 10 da componente "Turismo e Marketing Territorial", contribuindo para diminuir a dependência sazonal e apoiar a transição verde e digital do turismo;
- ✓ Estruturas permanentes de animação turística;
- ✓ Sistema de Incentivos às empresas de base territorial;
- ✓ Dinamização de processos de descoberta empreendedora;
- ✓ Apoios ao emprego: incentivos à contratação e à transição.

No âmbito do **PEDIME**, esclareceu que se tem como objetivo dar continuidade ao Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Educativo na sub-região do Médio Tejo (PEDIME – Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação), e considerando a dimensão e especificidade do projeto bem como o facto de já terem decorrido 6 anos após a realização do primeiro diagnóstico educativo da região, a CIMT encontra-se a desenvolver, com o apoio de consultoria técnica especializada, um estudo setorial específico na área da educação, com vista à atualização do Diagnóstico Educativo do Médio Tejo e para apoio à construção do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Educativo no Médio Tejo 2023-2027, envolvendo os seguintes trabalhos: -----

- Atualização do Diagnóstico Educativo do Médio Tejo;

  
Ditar

- Dinamização de processo participativo para a definição das orientações estratégicas, com auscultação e envolvimento dos Municípios, Agrupamentos de Escolas, Parceiros do projeto, CDIEd e outras entidades relevantes para o projeto;
- Proposta de orientação estratégica para o Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Educativo no Médio Tejo 2023-2027, incluindo:
  - eixos de intervenção
  - objetivos estratégicos e objetivos operacionais
  - atividades âncora estruturantes
  - linhas orientadoras para monitorização e avaliação do programa

Perspetiva-se a conclusão deste estudo em junho de 2023. -----

Quanto às questões do Turismo, focou-se na Rota dos Templários, informando que o Médio Tejo é atualmente região-piloto onde esta rota está a começar a ser estruturada, com a intenção de no médio/longo prazo possa alargar-se a outros municípios e tornar-se uma rota de âmbito nacional. Em março na BTL teve lugar a assinatura do Protocolo de colaboração Rota dos Templários Portugal. -----

Terminada a sua intervenção, os deputados tiveram a oportunidade de se inscreverem para efetuarem as suas intervenções. O presidente da mesa passou a palavra ao deputado José Nascimento do movimento ALTERNATIVAcem., que solicitou um pedido de esclarecimento. O que é que a CIM pode fazer mais para que os sistemas de informação possam estar os mais completos possíveis e possam chegar aos munícipes. -----

António Ribeiro, do PS de Vila Nova da Barquinha, de conta de que no plano de atividades é referido a questão das estratégias e a questão da educação, referiu não poder deixar passar esta oportunidade para falar de uma questão com uma experiência vivenciada que já hoje foi falada, a do migrante, ou seja, de passar de um país para outro onde a pessoas não falam a mesma língua, tendo já passado por isso e tem essa experiência do outro lado. Foi muito fácil de resolver, o 1.º ciclo só tinham um professor que ensinava numa escola no Zimbabwe só falava o inglês, apesar de saber falar português. A importância de passar do inglês para o português, por ciclos e não por turmas é muito importante. A importância de 1.º aprender a língua é muito importante. -----

Regulamento e utilização das bicicletas, focou a importância de podermos tirar lições junto dos municípios que já têm bicicletas há muito tempo, podendo tirar daqui importantes contributos para o sucesso do projeto. -----

Não havendo mais intervenções, a presidente da CIM esclareceu o deputado José

*20*  
*Dito*

Nascimento, percebendo a questão, porque muitas das vezes a informação de facto está muito dispersa e nem sempre bate certo. Na ITI OVT um dos eixos estratégicos é a construção de uma Smart Region. Para já existe um Dashboard onde fica esta informação. -----

**Deliberação** – Os deputados tomaram conhecimento do ponto se situação efetuado. -----



## 2. **Apreciação e votação do Relatório de Gestão de 2022** -----

À semelhança da atividade da CIM o presidente da mesa relativamente a este ponto da ordem de trabalhos passou a palavra à presidente do Conselho Intermunicipal que fez a sua apresentação. -----

A presidente começou por referir que o ano de 2022 foi o ano de maior expressão física e financeira do Quadro Comunitário de Apoio – Portugal 2020, com uma taxa de compromisso de 105%, dado que as operações aprovadas, superam uma dotação de fundo disponível para o período de programação comunitária referente ao Portugal2020 para esta região. Segundo lugar na execução do PDCT, com uma execução de 71% - aprovação e/ou execução de 250 candidaturas. Com uma superação no que diz respeito às metas de execução para o ano de 2022, do Programa Operacional do Centro 2020, definidas para cada uma das regiões, tendo esta CIM como meta de execução, no global, 9 milhões de euros, até ao ano de 2022. Deixou outras notas: -----

- Primeiro lugar no total das CIM's do CENTRO 2020, ao nível da execução do FEDER, atingindo uma taxa de execução de 150,2%. Ao nível do FSE alcançou uma taxa de execução de 58,3%, representando, mesmo assim, um desempenho acima da média; -----

- Conclusão da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Médio Tejo que assenta na definição e na elaboração de um instrumento de orientação estratégica para a Região do Médio Tejo no âmbito da Estratégia Portugal 2030. A CIM Médio Tejo iniciou, a estruturação do Investimento Territorial Estratégico da CIM Médio Tejo a contratualizar para o período de programação comunitária 2021-2027 com o Programa Operacional Regional do Centro 2030; -----

- Complementarmente, também, se iniciaram os trabalhos de estruturação do Investimento Territorial Integrado para as Regiões de Oeste e Vale do Tejo (ITI OVT) e Investimento Territorial Integrado Pinhal Interior -----

Quanto à taxa de execução global da receita esclareceu que ascendeu a 68%. É de salientar que existem 549.948,39€ submetidos em pedidos de pagamento e que se encontravam a 31/12/2022 para validação e pagamento. A ocorrência destes pagamentos teria permitido alavancar ainda mais a taxa de execução global da

*[Handwritten signature]*  
*Ditor*

receita. Já a taxa de execução global da despesa foi de 62%, taxa ligeiramente inferior ao ano transato (68%). Essencialmente devido ao facto, do contrato relativo aos serviços essenciais de transporte público e atribuição de compensação aos operadores de transporte público ao abrigo do DL 14-C/2020 do 2º semestre de 2022 ainda não se encontrar visado pelo Tribunal de Contas, e, conseqüentemente, não ser possível o pagamento das despesas associadas. -----

Terminados os esclarecimentos da presidente da CIM, inscreveram-se os seguintes deputados: -----

Dominique Ventura do PSD do Entroncamento, não ficou esclarecido quanto à estância de Wakeboard, dando conta da referência a alguns cables, como é o caso da Aldeia do Mato, do Lago Azul, do Trízio e de Fernandaires. Contudo, é referido que ainda falta a licença do Cable de Montes, querendo saber em que ponto está, se está resolvido ou não e quando, tendo em conta que vem o Verão e será necessário usar. -----

Ricardo Carlos, do PSD de Tomar solicitou, caso fosse possível no futuro o envio do power point apresentado, dado que está bastante sintético, em comparação com as 410 páginas do relatório. Referiu que tivemos a aprovação na Comissão Europeia da nova NUT, havendo agora uma série de processos que têm de ser desenrolados para efetivamente haver uma realidade no terreno. Comenta que lhe é difícil compreender quais são esses processos, porque se fala da NUT, se fala da ITI, pedindo mais esclarecimentos sobre isto. Falou no FEDER de 150% como muito positivo, depois, referiu a ITI do Pinhal Interior, e questionou se também se falava da Sertã e Vila de Rei, para tentar perceber o que se vai passar a seguir. -----

Enalteceu a descrição dos projetos e os seus desvios, com o detalhe e rigor. Fundo de Transição Justa, questionou quando o vamos ter efetivamente no terreno, dado que no relatório esta informação ainda não estava disponível. -----

No que diz respeito aos recursos humanos, foi referido um docente em regime de mobilidade estatutária, só que no documento indica que cessa a 31/08/2021. Questionou se já sessou, se ainda faz parte do quadro, ou se houve uma renovação. Deu nota das transferências do Estado que têm vindo a aumentar e que também é positivo. -----

José Nascimento do movimento ALTERNATIVA com, falou nos ninhos de Vespa Velutina. 750 ninhos eliminados, não sabe se é muito ou se é pouco. Esta dúvida vem interligar com a tal informação que refere ser dispersa. Gostaria de saber um pouco mais, e também saber se as entidades no aconselham com estratégias neste âmbito, nomeadamente a agricultura e florestas. -----

Paulo Constantino, do PS de Vila Nova da Barquinha, constatou que no relatório de gestão é referido que houve um aumento de 50% nos passe que tiveram redução (passe de transporte ferroviário), o que vem demonstrar o que foi a discriminação positiva que foi aqui aprovada nesta assembleia intermunicipal em 2009. Verificamos mais pessoas a quererem-se deslocar para a nossa região. Realçou a importância do investimento no transporte ferroviário de região. Gostava que as Cidades Inteligentes tivessem um painel indicativo tão bonito como o da Vespa Velutina. Este tipo de informação é o futuro, referiu. Por último, falou no rio Tejo,

~~27~~  
Dito

que é um dos eixos estruturais da nossa região e que lhe dá a sua essência. Existe um estudo desenvolvido e finalizado de acordo com o que está no relatório. Deu conta que teve um processo participativo grande, contudo referiu também a importância de um processo participativo à posteriori. Gostava de receber este estudo, e importante que fosse divulgado a toda a região. -----  
Terminadas estas intervenções, a presidente esclareceu os deputados. -----  
-----

**Deliberação** – Aprovado por unanimidade. A votação não contou com os deputados de Sertã e Vila de Rei.

☰☰

**3. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal** -----  
-----

A presidente da CIM comentou tratar-se de um documento que por via do decorre da lei, tem de ser apresentado a todos, dando assim a informação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal. -----  
Neste ponto inscreveu-se o deputado João Fernandes do PSD de Abrantes, que deu conta que a bancada do PSD analisou as grelhas apresentadas, mas verificam que nesta listagem dos compromissos plurianuais existem alguns ajustes diretos e ajustes diretos simplificados. Sabem que decorre da lei, mas questionaram porque não recorreram a outras modalidades, como é o caso por exemplo da consulta prévia. Relativamente aos procedimentos que ainda se encontram a decorrer gostariam de saber em que fase se encontram. -----  
A presidente da CIM deixou alguns esclarecimentos, com o apoio do 1.º secretário executivo. Ajustes diretos, no âmbito da informática por exemplo tem a ver com marcas exigidas. No caso das óticas, fazer aquisições próximas dos que precisam. -  
-----

**Deliberação** – Os deputados tomaram conhecimento.

☰☰

**4. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro.** -----  
-----

Não foram efetuadas intervenções.





O Presidente da Mesa Assembleia Intermunicipal da CIM do Médio Tejo

(José Manuel Paulo Trincão Marques)

A Técnica Superior

(Rita Silva Vaz Neto Homem da Trindade)

